



SEPLAG-RJ

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO RIO DE JANEIRO

Analista de Planejamento e Orçamento - Área: Planejamento e Orçamento

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Língua Inglesa
- ▶ Raciocínio Lógico-Matemático
- ▶ Atualidades
- ▶ Estado, Governo e Administração Pública
- ▶ Finanças Públicas e Planejamento Governamental
- ▶ Direito Público (On-line)
- ▶ Administração Financeira e Orçamentária (On-line)
- ▶ Economia (On-line)



Conteúdo de acordo
com o edital
Questões gabaritadas
da banca FGV

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Rio de Janeiro

SEPLAG-RJ

**Analista de Planejamento e Orçamento -
Área: Planejamento e Orçamento**

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A Editora Nova Concursos será sua maior aliada neste percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados em um sumário que foi pensado para te apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de Analista de Planejamento e Orçamento - Área: Planejamento e Orçamento de acordo com o Edital de Abertura - V Concurso Público (Processo nº SEI-012000/000001/2025), da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Rio de Janeiro - SEPLAG-RJ.

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao decorrer da teoria você encontrará recursos como boxes Importante e Dica, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo; para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas apresentamos a seção Hora de Praticar, com questões gabaritadas da banca FGV, organizadora contratada para a realização do certame para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca.

Para sua preparação acesse os conteúdos complementares disponíveis on-line para este livro em nossa plataforma: Conteúdo de Direito Público, Administração Financeira e Orçamentária e também Economia disponível em PDF para download. Para acessar, basta seguir as orientações na próxima página.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que irá te guiar até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!

AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE DEMONSTRAÇÃO

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	13
■ INTERPRETAÇÃO, COMPREENSÃO E ORGANIZAÇÃO ESTRUTURAL DE TEXTOS.....	13
■ COESÃO E COERÊNCIA.....	16
■ INTERTEXTUALIDADE	21
■ MODOS E TIPOS TEXTUAIS	24
■ TEXTOS LITERÁRIOS E NÃO LITERÁRIOS.....	28
■ TIPOLOGIA E ESTRUTURA DA FRASE PORTUGUESA.....	32
■ OPERAÇÕES DE DESLOCAMENTO, SUBSTITUIÇÃO, MODIFICAÇÃO E CORREÇÃO – PROBLEMAS ESTRUTURAIS	33
■ NORMA CULTA	35
■ PONTUAÇÃO E SINAIS GRÁFICOS.....	35
■ ORGANIZAÇÃO SINTÁTICA, TERMOS E ORAÇÕES	39
■ ORDEM DIRETA E INVERSA.....	58
■ TIPOS DE DISCURSO.....	58
■ REGISTROS E FUNÇÕES DA LINGUAGEM	60
■ ELEMENTOS DOS ATOS DE COMUNICAÇÃO	61
■ ESTRUTURA E FORMAÇÃO DE PALAVRAS	62
■ ABREVIACÕES.....	67
■ CLASSES DE PALAVRAS E SEUS ASPECTOS MORFOLÓGICOS, SINTÁTICOS, SEMÂNTICOS E TEXTUAIS.....	69
■ MODALIZADORES	86
■ SEMÂNTICA.....	87
SENTIDO PRÓPRIO E FIGURADO	87
SINÔNIMOS.....	87
ANTÔNIMOS.....	87
PARÔNIMOS.....	88
POLISSEMIA	89

HIPERÔNIMOS	89
AMBIGUIDADE	89
■ DICIONÁRIOS E ORGANIZAÇÃO DE VERBETES.....	89
■ VOCABULÁRIO, NEOLOGISMOS, ARCAÍSMOS, ESTRANGEIRISMOS E LATINISMOS.....	90
■ ORTOGRAFIA E ACENTUAÇÃO GRÁFICA	90
■ CRASE	92
LÍNGUA INGLESA.....	101
■ GRAMÁTICA, FONÉTICA, FONOLOGIA, ORTOGRAFIA, MORFOLOGIA, SINTAXE E VOCABULÁRIO	101
■ COMPREENSÃO E PRODUÇÃO DE DIFERENTES GÊNEROS TEXTUAIS.....	103
■ PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	109
■ ABORDAGENS COMUNICATIVA, LEXICAL E REFLEXIVA.....	111
■ INTERCULTURALIDADE E INTERDISCIPLINARIDADE	113
■ COMPETÊNCIAS PARA ENSINAR E APRENDER LÍNGUA INGLESA.....	115
■ AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	116
■ INTERAÇÃO EM SALA DE AULA E VALORIZAÇÃO DOS CONHECIMENTOS PRÉVIO E DE MUNDO	118
■ CONCEITO E APLICAÇÕES DO LETRAMENTO NO ENSINO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA, INCLUINDO LEITURA, COMUNICAÇÃO ORAL E PRÁTICA ESCRITA COMO PRÁTICAS DE LETRAMENTO.....	119
RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO	131
■ PROPOSIÇÕES, VALORES-VERDADE, NEGAÇÃO, CONJUNÇÃO, DISJUNÇÃO, IMPLICAÇÃO, EQUIVALÊNCIA E PROPOSIÇÕES COMPOSTAS.....	131
■ EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS.....	138
■ RACIOCÍNIO ENVOLVENDO RELAÇÕES ENTRE OBJETOS, LUGARES, PESSOAS E EVENTOS.....	147
■ DIAGRAMAS LÓGICOS	148
■ TABELAS E GRÁFICOS: ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DE DADOS	153
■ CONJUNTOS E OPERAÇÕES.....	157
■ NÚMEROS NATURAIS, INTEIROS, RACIONAIS E REAIS	166

Operações e Representação na Reta.....	171
■ UNIDADES DE MEDIDA	172
■ PLANO CARTESIANO	175
■ ÁLGEBRA BÁSICA	176
■ PORCENTAGEM E PROPORCIONALIDADE DIRETA E INVERSA	178
■ SEQUÊNCIAS, RECONHECIMENTO DE PADRÕES E PROGRESSÕES ARITMÉTICA E GEOMÉTRICA	184
SEQUÊNCIAS NUMÉRICAS	184
■ GEOMETRIA BÁSICA, DISTÂNCIAS, ÂNGULOS, POLÍGONOS, CIRCUNFERÊNCIA, PERÍMETRO E ÁREA	189
SEMELHANÇA DE TRIÂNGULO.....	195
RELAÇÕES MÉTRICAS NO TRIÂNGULO RETÂNGULO	198
■ MEDIDAS DE COMPRIMENTO, ÁREA E VOLUME	209
■ ESTATÍSTICA BÁSICA: POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	220
■ TIPOS DE VARIÁVEIS.....	221
■ MEDIDAS DE TENDÊNCIA CENTRAL (MÉDIA, MEDIANA E MODA).....	223
■ MEDIDAS DE DISPERSÃO (AMPLITUDE, VARIÂNCIA E DESVIO-PADRÃO).....	225
■ NOÇÕES DE DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA E PROBABILIDADE	226
ATUALIDADES	237
■ ATUALIDADES	237
DESAFIOS AMBIENTAIS NO BRASIL E NO MUNDO, TRANSFORMAÇÕES DEMOGRÁFICAS, SANITÁRIAS E SOCIAIS, INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS, REDES SOCIAIS, E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO E VERIFICAÇÃO DE INFORMAÇÕES E COMBATE À DESINFORMAÇÃO, RECONFIGURAÇÕES GEOPOLÍTICAS GLOBAIS, DISPUTAS ECONÔMICAS E TECNOLÓGICAS E SEUS REFLEXOS PARA O BRASIL, DESIGUALDADES SOCIAIS, INCLUSÃO, DIVERSIDADE E EQUIDADE NO ACESSO À EDUCAÇÃO, SAÚDE, TRABALHO E SEGURANÇA, POLÍTICAS PÚBLICAS E REFORMAS FISCAIS, TRIBUTÁRIAS E ADMINISTRATIVAS NO BRASIL E SEUS IMPACTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS E CIDADANIA, DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DESAFIOS DA GOVERNANÇA CONTEMPORÂNEA.....	237
ESTADO, GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	301
■ MODELOS E PARADIGMAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	301
TEORIAS DE FORMAÇÃO ESPONTÂNEA E CONTRATUAL DO ESTADO	301
■ ORIGEM E FORMAÇÃO DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MODERNOS	302

■ PENSAMENTO DE WEBER, DISFUNÇÕES BUROCRÁTICAS E REDEFINIÇÃO DO PAPEL DO ESTADO: MODELOS PATRIMONIALISTA, BUROCRÁTICO E GERENCIAL.....	302
■ PARADIGMAS CONTEMPORÂNEOS	305
NOVA GESTÃO PÚBLICA.....	305
PÓS-GERENCIALISMO E ESTADO NEOWEBERIANO.....	306
GOVERNANÇA DE VALOR E NOVA GOVERNANÇA PÚBLICA	307
JOINTUP GOVERNANCE E WHOLE-OF-GOVERNANCE.....	307
■ EVOLUÇÃO E REFORMAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA.....	308
■ ESTADO OLIGÁRQUICO E PATRIMONIAL, ESTADO AUTORITÁRIO, BUROCRÁTICO E REGULADOR – DECRETO-LEI Nº 200/1967.....	314
PLANO DIRETOR DA REFORMA DO APARELHO DO ESTADO DE 1995.....	317
■ ESTADO DE BEM-ESTAR	319
■ REFORMA BUROCRÁTICA DE 1936	319
■ PROGRAMA NACIONAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO	320
■ REFORMAS CONSTITUCIONAIS	320
■ REFORMA DO SERVIÇO CIVIL.....	321
■ MÉRITO, FLEXIBILIDADE E RESPONSABILIZAÇÃO	321
■ PACTO FEDERATIVO	322
■ RELAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS	322
■ INSTRUMENTOS E FERRAMENTAS DE GESTÃO PÚBLICA.....	323
■ AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E RESULTADOS	323
■ FLEXIBILIDADE ORGANIZACIONAL	327
■ TRABALHO EM EQUIPE	328
■ CULTURA DA RESPONSABILIDADE.....	330
■ REDES INFORMACIONAIS.....	330
■ REENGENHARIA.....	330
■ BENCHMARKING.....	331
■ QUALIDADE E PQSP	331
■ APRENDIZAGEM ORGANIZACIONAL.....	332
■ PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	334

■ COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL.....	334
■ ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	346
■ CARACTERIZAÇÃO E ATRIBUTOS DAS ORGANIZAÇÕES	353
■ MOTIVAÇÃO	354
■ CULTURA ORGANIZACIONAL	354
■ CLIMA ORGANIZACIONAL	356
■ GESTÃO DA MUDANÇA ORGANIZACIONAL.....	358
■ PROCESSOS PARTICIPATIVOS, ÉTICA, INTEGRIDADE E PARCERIAS ENTRE GOVERNO E SOCIEDADE.....	359
CONSELHOS DE GESTÃO	359
ORÇAMENTO PARTICIPATIVO.....	360
■ ÉTICA NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO PÚBLICA.....	364
■ COMPLIANCE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	365
■ MODERNIZAÇÃO, INOVAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA CONTEMPORÂNEA.....	367
■ GOVERNABILIDADE, GOVERNANÇA E ACCOUNTABILITY	368
■ GOVERNO ELETRÔNICO, TRANSPARÊNCIA, COMUNICAÇÃO E REDES ORGANIZACIONAIS	369
■ TECNOLOGIAS GERENCIAIS E ORGANIZACIONAIS.....	372
■ INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO	373
■ LABORATÓRIOS DE INOVAÇÃO E FÁBRICAS DE IDEIAS	375
■ EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE	375
■ QUALIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO	378
■ ORGANIZAÇÃO COMO CONDICIONANTE DA GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	378
FINANÇAS PÚBLICAS E PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL.....	385
■ FINANÇAS PÚBLICAS.....	385
■ FUNÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA MODERNA: POLÍTICAS ALOCATIVAS, DISTRIBUTIVAS E DE ESTABILIZAÇÃO	396
EVOLUÇÃO	402
■ OBJETIVOS DA POLÍTICA FISCAL	404

■ FINANCIAMENTO DOS GASTOS PÚBLICOS E EQUIDADE FISCAL	404
■ TRIBUTAÇÃO E FEDERALISMO FISCAL.....	405
Equidade.....	405
■ IMPACTOS DISTRIBUTIVOS DA TRIBUTAÇÃO	415
■ GASTOS SOCIAIS E REDISTRIBUIÇÃO	415
■ TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS.....	415
■ MECANISMOS CONSTITUCIONAIS DE REPARTIÇÃO DAS RECEITAS PÚBLICAS	416
■ RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	417
■ RENÚNCIAS FISCAIS	417
■ ENDIVIDAMENTO PÚBLICO E LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	418
■ DÍVIDA DO SETOR PÚBLICO NO BRASIL, ALTERNATIVAS DE FINANCIAMENTO DO DÉFICIT PÚBLICO E NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO	418
■ SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA	427
■ RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	428
■ CRITÉRIOS ACIMA E ABAIXO DA LINHA	428
■ MULTIPLICADORES FISCAIS	429
■ DOMINÂNCIA FISCAL E MONETÁRIA.....	429
■ TEOREMA DO ORÇAMENTO EQUILIBRADO	430
■ ESTADO BRASILEIRO E FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO	430
■ INVESTIMENTO DIRETO E POR MEIO DE EMPRESAS ESTATAIS	431
■ JUSTIFICATIVAS TEÓRICAS PARA A INTERVENÇÃO ESTATAL E PERSPECTIVAS RECENTES.....	431
■ ECONOMIA BRASILEIRA	432
ECONOMIA BRASILEIRA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX.....	432
ESTADO INVESTIDOR DA DÉCADA DE 1970.....	432
PLANO DE METAS	433
PLANO TRIENAL	433
■ PAEG	433
PLANOS NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO.....	433
CRISE DA DÍVIDA EXTERNA.....	434

PLANO REAL, ESTABILIZAÇÃO MONETÁRIA E REFORMAS DA DÉCADA DE 1990	435
CRISES CAMBIAIS	446
ECONOMIA BRASILEIRA RECENTE	446
POLÍTICAS ECONÔMICAS ANTICÍCLICAS	447
EXPANSÃO DOS INVESTIMENTOS	447
CRESCIMENTO DO MERCADO INTERNO	448
POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO	448
AMPLIAÇÃO DO CRÉDITO AO CONSUMIDOR	449
CRISE INTERNACIONAL DE 2008	449
IMPACTOS ECONÔMICOS DA PANDEMIA DE COVID-19	449
■ PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	450
CONCEITO, PROCESSO E PRINCÍPIOS DO PLANEJAMENTO	450
PLANEJAMENTO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	451
EVOLUÇÃO HISTÓRICA E ATUALIZAÇÃO DOS CONCEITOS DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL NO BRASIL	460
INFLUÊNCIA DE PLANOS E PROGRAMAS RECENTES	461
TENSÃO ENTRE MODELOS RÍGIDOS E FLEXÍVEIS	461
DILEMAS ATUAIS DA AGENDA NACIONAL, INCLUINDO REFORMAS PREVIDENCIÁRIA, TRIBUTÁRIA, FISCAL, POLÍTICA E ADMINISTRATIVA	462
CRÍTICAS AOS MODELOS FECHADOS DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E VALORIZAÇÃO DO APRENDIZADO PELA PRÁTICA	462
CRÍTICAS À ANÁLISE DE SISTEMAS E AO ORÇAMENTO-PROGRAMA	463
■ PLANEJAMENTO TERRITORIAL	463
OS ESTADOS COMO ESCALA INTERMEDIÁRIA DE PLANEJAMENTO	463
REGIONALIZAÇÃO, REDES SOCIOECONÔMICAS E ASSIMETRIAS ESPACIAIS	464
ARRANJOS FEDERATIVOS E COORDENAÇÃO ENTRE ESTADO, UNIÃO E MUNICÍPIOS	464
INSTRUMENTOS DE GESTÃO REGIONALIZADA, INCLUINDO PLANOS PLURIANUAIS (PPAS)	465
ESTATUTO DA METRÓPOLE	465
CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS E GOVERNANÇA	465
DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS	466
PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CONTROLE PÚBLICO NO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL ESTADUAL	466

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	467
PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA, CONCEITOS, PRINCÍPIOS, ETAPAS, NÍVEIS, MÉTODOS E FERRAMENTAS	467
PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	473
INTERSETORIALIDADE E TRANSVERSALIDADE NO PLANEJAMENTO E NA GESTÃO PÚBLICA	474

LÍNGUA PORTUGUESA

INTERPRETAÇÃO, COMPREENSÃO E ORGANIZAÇÃO ESTRUTURAL DE TEXTOS

A interpretação e a compreensão textual são aspectos essenciais a serem dominados por aqueles candidatos que buscam a aprovação em seleções e concursos públicos. Trata-se de um assunto que abrange questões específicas e de conteúdo geral nas provas. Conhecer e dominar estratégias que facilitem a apreensão desse assunto pode ser o grande diferencial entre o quase e a aprovação.

Além disso, seja a compreensão textual, seja a interpretação textual, ambas guardam uma relação de proximidade com um assunto pouco explorado pelos cursos de português: a **semântica**, que incide seus estudos sobre as relações de sentido que a forma linguística pode assumir.

Portanto, neste material, você encontrará recursos para solidificar seus conhecimentos sobre interpretação e compreensão textual, associando a essas temáticas as relações semânticas que permeiam o sentido de todo amontoado de palavras, tendo em vista que qualquer aglomeração textual é, atualmente, considerada texto e, dessa forma, deve ter um sentido que precisa ser reconhecido por quem lê.

Assim, vamos começar nosso estudo fazendo uma breve diferença entre os termos **compreensão** e **interpretação** textual.

Para muitos, essas palavras expressam o mesmo sentido, mas, como pretendemos deixar claro neste material, ainda que existam relações de sinonímia entre palavras do nosso vocabulário, a opção do autor por um termo em vez de outro reflete um sentido que deve ser interpretado no texto, uma vez que a **interpretação** realiza ligações com o texto a partir das ideias que o leitor pode concluir com a leitura.

Já a **compreensão** busca a análise de algo exposto no texto e, geralmente, é marcada por uma palavra ou expressão, apresentando mais relações semânticas e sintáticas. A compreensão textual estipula aspectos linguísticos essencialmente relacionados à significação das palavras e, por isso, envolve uma forte ligação com a semântica.

Sabendo disso, é importante separarmos os conteúdos que tenham mais apelo **interpretativo** ou **compreensivo**. Esses assuntos completam o estudo basilar de semântica com foco em provas e concursos, sempre visando à sua aprovação.

INFERÊNCIA – ESTRATÉGIAS DE INTERPRETAÇÃO

A inferência é uma relação de sentido conhecida desde a Grécia Antiga e que embasa as teorias sobre interpretação de texto.

Dica

Interpretar é buscar ideias e pistas do autor do texto nas linhas apresentadas

Porém, apesar de aparentemente parecer algo subjetivo, há “regras” para se buscar essas pistas.

A primeira e mais importante delas é identificar a orientação do pensamento do autor do texto, que fica perceptível quando identificamos como o raciocínio dele foi exposto: se de maneira mais racional, a partir da análise de dados e informações com fontes confiáveis, ou se de maneira mais prática, partindo dos efeitos e das consequências, a fim de identificar as causas.

Por isso, é preciso compreender como podemos interpretar um texto mediante estratégias de leitura. Neste material, selecionamos as estratégias mais eficazes, que podem contribuir para sua aprovação em seleções que avaliam a competência leitora dos candidatos. A partir disso, selecionamos estratégias de leitura que foquem nas formas de inferência sobre um texto.

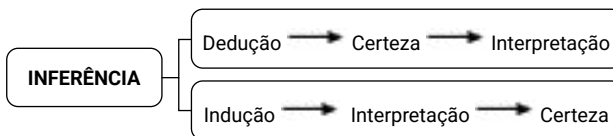
Dessa forma, é fundamental identificar como ocorre o processo de **inferência**, que se dá por **dedução** ou por **indução**. Para entender melhor, veja este exemplo:

O marido da minha chefe parou de beber.

Observe que é possível inferir várias informações. A primeira é que a chefe do enunciador é casada (informação comprovada pela palavra “marido”); a segunda é que o enunciador está trabalhando (informação comprovada pela expressão “minha chefe”); e a terceira é que o marido da chefe do enunciador bebia (informação comprovada pela expressão “parou de beber”). Note que há pistas contextuais do próprio texto que induzem o leitor a interpretar essas informações.

Tratando-se de interpretação textual, os processos de inferência, sejam por dedução ou por indução, partem de uma certeza prévia para a construção de uma interpretação, elaborada a partir das pistas oferecidas no texto, articuladas com as informações acessadas pelo leitor.

A seguir, apresentamos uma figura que representa como ocorre a relação desses processos:



A partir desse esquema, conseguimos visualizar melhor como o processo de interpretação ocorre. Agora, detalharemos esse processo, reconhecendo as estratégias que compõem cada maneira de inferir informações de um texto. Por isso, apresentaremos, nos tópicos seguintes, como usar estratégias de cunho dedutivo e indutivo e, ainda, como articular a isso o nosso conhecimento de mundo na interpretação de textos.

LÍNGUA INGLESA

GRAMÁTICA, FONÉTICA, FONOLOGIA, ORTOGRAFIA, MORFOLOGIA, SINTAXE E VOCABULÁRIO

SISTEMA SONORO DO INGLÊS

A fonética descreve a produção e a percepção física dos sons da fala, enquanto a fonologia estuda o modo como cada língua organiza esses sons em um sistema de contrastes que distinguem significados. A diferença tem consequência prática imediata no ensino, porque o aluno brasileiro ouve o inglês pelo filtro do sistema fonológico do português e tende a neutralizar oposições que o inglês mantém. O ensino de pronúncia começa, portanto, pela percepção e não pela repetição.

O inventário consonantal do inglês reúne cerca de 24 unidades, e boa parte da dificuldade do aprendiz brasileiro se concentra em um grupo pequeno delas. As fricativas dentais de *think* e *this* não existem no português e costumam ser substituídas por t, d, f ou s. O contraste entre as sibilantes de *ship* e *sip*, a distinção entre as consoantes iniciais de *vine* e *wine* e a realização do h aspirado em *house* exigem trabalho explícito de percepção antes de qualquer exercício de produção. Nenhum desses contrastes é decorativo, pois cada um deles distingue palavras.

As vogais formam o ponto mais sensível do sistema, porque o inglês opera com um número maior de contrastes vocálicos. Duração e qualidade da vogal distinguem palavras em inglês, recurso que o português não utiliza. Pares como *sheep* e *ship*, *pool* e *pull*, *cat* e *cut* diferenciam itens lexicais apenas pelo timbre e pela tensão da vogal. O aluno precisa ouvir a diferença antes de tentar produzi-la.

O schwa é a vogal central reduzida que aparece nas sílabas átonas de palavras como *about*, *teacher* e *comfortable*, e responde pela maior frequência de ocorrência entre todos os sons do idioma. Ignorá-lo produz uma fala com sílabas de peso igual, imediatamente percebida como estrangeira, e prejudica a compreensão oral, já que o aluno espera ouvir a vogal cheia que aprendeu na grafia. A redução vocálica é regra do sistema, e não descuido de fala.

Os elementos suprasegmentais organizam a fala acima do segmento e respondem por grande parte da inteligibilidade em interação real. O acento de palavra distingue pares como *REcord*, substantivo, e *reCORD*, verbo. O ritmo do inglês se apoia na alternância entre sílabas tônicas fortes e sílabas átonas reduzidas, e a entoação sinaliza pergunta, ênfase, dúvida, ironia e conclusão de turno. A entoação carrega informação que a gramática da frase não registra.

Os processos da fala conectada explicam por que o aluno reconhece a palavra na página e não a reconhece no fluxo oral. Formas reduzidas como *want to*

realizado como *wanna*, elisões de consoante em *next day*, ligações entre palavras em *an apple* e assimilações em *did you* produzem cadeias sonoras muito diferentes da soma dos itens isolados. Treinar a percepção desses processos rende mais em compreensão oral que a correção pontual de fonemas. O aluno recebe blocos sonoros contínuos, e não palavras isoladas.

A transcrição com o Alfabeto Fonético Internacional dá ao professor um instrumento de precisão para tratar pronúncia sem recorrer a comparações aproximadas com o português. O aluno que aprende a ler a transcrição do dicionário ganha autonomia para verificar acento, qualidade vocálica e formas fracas.

Atenção! O objetivo pedagógico corrente é a inteligibilidade, e não a imitação de um sotaque de falante nativo, orientação coerente com o tratamento do inglês como língua franca.

Ortografia e Relação Som-Grafia

A ortografia do inglês tem caráter etimológico e conservador, o que produz correspondências entre som e letra bem menos regulares que as do português. A mesma sequência *ough* se realiza de modos distintos em *though*, *through*, *cough* e *enough*, e o dígrafo *ea* varia em *bread*, *break* e *beach*, o que impede a leitura em voz alta por simples decodificação. A grafia inglesa guarda a história da palavra, não sua pronúncia atual.

As letras mudas são resíduo histórico da grafia e não erro de escrita, informação que ajuda o aluno a memorizá-las como padrão e não como exceção solta. O k de *knife* e *knee*, o b de *doubt* e *lamb*, o w inicial de *write* e o l de *walk* pertencem a séries regulares, identificáveis pela posição na palavra. A posição da letra na palavra é a pista mais confiável.

As diferenças entre a norma britânica e a norte-americana concentram-se em séries previsíveis de terminações e de duplicação de consoantes. *Colour* e *color*, *centre* e *center*, *realise* e *realize*, *travelling* e *traveling*, *programme* e *program* formam pares em que a escolha da variedade importa menos que a coerência interna de um mesmo texto. A mistura das duas normas no mesmo texto é o desvio mais comum. Homófonos e homógrafos pedem tratamento sistemático porque produzem erros que a revisão automática do editor de texto não captura. *Their*, *there* e *they are*, *its* e *it is*, *to*, *too* e *two* soam iguais e cumprem funções gramaticais distintas. *Lead* e *lead* ou *read* e *read*, ao contrário, escrevem-se do mesmo modo com pronúncias diferentes.

As regras de alteração gráfica na flexão respondem por parcela considerável dos desvios em produção escrita de alunos intermediários. A troca do y por i em *studies* e *happier*, a duplicação da consoante final em *stopped* e *beginning* e a supressão do e mudo em *making* e *larger* obedecem a condições de acento e de estrutura silábica. O ensino explícito dessas condições produz ganho rápido de correção.

O ensino da ortografia inglesa rende mais quando parte de séries regulares, como as terminações de flexão e os grupos consonantais iniciais, do que quando trata cada palavra como caso isolado de memorização.

Morfologia e Formação de Palavras

A morfologia estuda a estrutura interna das palavras e os processos pelos quais o inglês forma novas unidades lexicais. O morfema é a menor unidade

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

PROPOSIÇÕES, VALORES-VERDADE, NEGAÇÃO, CONJUNÇÃO, DISJUNÇÃO, IMPLICAÇÃO, EQUIVALÊNCIA E PROPOSIÇÕES COMPOSTAS

VALORES LÓGICOS

Na lógica, temos apenas dois valores lógicos: **verdadeiro** ou **falso**. Quando temos uma declaração verdadeira, o seu valor lógico é **Verdade** (V); quando é falsa, dizemos que seu valor lógico é **Falso** (F).

ESTRUTURA LÓGICA

A Negação com o Conectivo “não”

Representação simbólica: $(\sim p)$ ou $(\neg p)$.

Sabemos que o valor lógico de “p” e “ $\sim p$ ” são opostos, isto é, se p é uma proposição verdadeira, “ $\sim p$ ” será falsa, e vice-versa.

Exemplo:

- p: “Matemática é difícil.”;
- $(\sim p)$ ou $(\neg p)$: “Matemática não é difícil.”

Outras maneiras de negar uma proposição, que têm aparecido com frequência nas provas de concursos, são:

- “Não é verdade que matemática é difícil.”;
- “É falso que matemática é difícil.”

Conjunção (Conectivo “e”)

Representação simbólica: $\wedge$

Exemplos:

Na linguagem natural:

O macaco bebe leite **e** o gato come banana.

Na linguagem simbólica: $p \wedge q$

Sendo:

- p: o macaco bebe leite.
- q: gato come banana.

Disjunção Inclusiva (Conectivo “ou”)

Representação simbólica: $\vee$

Exemplos:

Na linguagem natural:

Maria é bailarina **ou** Juliano é atleta.

Na linguagem simbólica: $p \vee q$
Sendo:

- p: Maria é bailarina.
- q: Juliano é atleta.

Disjunção Exclusiva (Conectivo “Ou...ou”)

Representação simbólica: $\veebar$

Exemplos:

Na linguagem natural:

Ou o elefante corre rápido, **ou** a raposa é lenta.

Na linguagem simbólica: $p \veebar q$

Sendo:

- p: o elefante corre rápido.
- q: a raposa é lenta.

Condicional (Conectivo “se... então”)

Representação simbólica: $\rightarrow$

Exemplos:

Na linguagem natural:

Se estudar, **então** vai passar.

Na linguagem simbólica: $p \rightarrow q$

Sendo:

- p: estudar.
- q: vai passar.

Bicondicional (Conectivo “se, e somente se,”)

Representação simbólica: $\leftrightarrow$

Exemplos:

Na linguagem natural:

Bino vai ao cinema **se, e somente se**, ele receber dinheiro.

Na linguagem simbólica: $p \leftrightarrow q$

Sendo:

- p: Bino vai ao cinema.
- q: ele receber dinheiro.

PROPOSIÇÕES LÓGICAS SIMPLES

Observe a frase a seguir:

Paula vai à praia.

Para saber se temos ou não uma proposição, precisamos de três requisitos fundamentais:

- **Ser uma oração:** é uma frase com verbo;
- **Oração declarativa:** a frase precisa apresentar uma situação, um fato;
- **Pode ser classificada como Verdadeira ou Falsa:** ou seja, podemos atribuir o valor lógico verdadeiro ou o valor lógico falso para a declaração.

ATUALIDADES

ATUALIDADES

DESAFIOS AMBIENTAIS NO BRASIL E NO MUNDO, TRANSFORMAÇÕES DEMOGRÁFICAS, SANITÁRIAS E SOCIAIS, INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS, REDES SOCIAIS, E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO E VERIFICAÇÃO DE INFORMAÇÕES E COMBATE À DESINFORMAÇÃO, RECONFIGURAÇÕES GEOPOLÍTICAS GLOBAIS, DISPUTAS ECONÔMICAS E TECNOLÓGICAS E SEUS REFLEXOS PARA O BRASIL, DESIGUALDADES SOCIAIS, INCLUSÃO, DIVERSIDADE E EQUIDADE NO ACESSO À EDUCAÇÃO, SAÚDE, TRABALHO E SEGURANÇA, POLÍTICAS PÚBLICAS E REFORMAS FISCAIS, TRIBUTÁRIAS E ADMINISTRATIVAS NO BRASIL E SEUS IMPACTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS E CIDADANIA, DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DESAFIOS DA GOVERNANÇA CONTEMPORÂNEA

Fevereiro de 2026

● Economia

■ **Cooperação internacional e desenvolvimento econômico: World Governments Summit¹**

O fórum internacional conhecido como World Governments Summit é realizado anualmente nos Emirados Árabes Unidos, reunindo chefes de Estado, ministros, dirigentes de organismos multilaterais, líderes empresariais e especialistas com a finalidade de debater tendências estruturais da governança pública e da economia global. A edição de 2026 destacou-se pelo elevado nível de representação política (mais de 35 chefes de Estado e representantes de cerca de 150 governos estiveram presentes), o que evidenciou sua consolidação como espaço estratégico de coordenação internacional.

No campo econômico, a cúpula enfatizou a necessidade de adaptação dos Estados às transformações decorrentes da digitalização, da transição energética e da reconfiguração das cadeias globais de valor. O debate, em geral, concentrou-se na atração de investimentos estrangeiros diretos, na modernização da infraestrutura produtiva e, também, na diversificação econômica, especialmente em países dependentes de commodities, como é o caso do Brasil.

Houve, também, uma ênfase em parcerias público-privadas (PPPs), estas sendo apresentadas como instrumentos de compartilhamento de riscos, ampliação

de capacidade fiscal indireta e aceleração de projetos estratégicos em logística, energia e tecnologia.

Outro desdobramento relevante da discussão, no fórum, foi o debate sobre financiamento climático e transição energética. Governos e instituições financeiras multilaterais defenderam a ampliação de fundos destinados a energias renováveis, adaptação climática e infraestrutura resiliente. O tema conecta-se ao conceito de desenvolvimento sustentável, que pressupõe equilíbrio entre crescimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

Também foi abordada a cooperação internacional sob a ótica geopolítica. Em um cenário de fragmentação econômica e tensões comerciais, a cúpula reforçou a importância da coordenação entre Estados para mitigar riscos sistêmicos, garantir estabilidade financeira e preservar fluxos comerciais.

O fortalecimento do multilateralismo pragmático, voltado à solução de problemas concretos como segurança alimentar, energia e transformação digital, foi apresentado como resposta à crescente polarização global.

Em suma, o World Governments Summit consolidou-se como um espaço de articulação estratégica entre governos e setor privado, com foco em crescimento econômico baseado em inovação, cooperação tecnológica e sustentabilidade.

■ **Impacto geopolítico nos mercados financeiros globais²**

Uma significativa e agressiva escalada geopolítica no Oriente Médio, com ataques militares coordenados pelos Estados Unidos e Israel contra o Irã, iniciada no final de fevereiro, provocou imediatos efeitos de aversão ao risco nos mercados financeiros globais. Esses ataques geraram incerteza quanto à estabilidade da região, especialmente pela importância crítica do Estreito de Ormuz no transporte de energia mundial.

Cerca de 20% do petróleo global trafega por essa rota, e bloqueios ou ameaças à operação petrolífera implicam risco direto à oferta de combustíveis no mercado internacional. Esse aumento de incerteza foi rapidamente refletido nas cotações de ativos financeiros e em indicadores de risco global. Em outros termos, aconteceu uma movimentação típica de “risco-off” nos mercados: investidores passaram a reduzir posições em ativos considerados mais arriscados (como ações de mercados emergentes) e buscar proteção em ativos tidos como seguros, como títulos públicos de países desenvolvidos, ouro e a própria moeda dos Estados Unidos, o dólar.

Futuros de índices, como Dow Jones, S&P 500 e Nasdaq, registraram quedas expressivas diante da percepção de aumento de risco global, indicando que os investidores reavaliaram expectativas de lucros e o custo de capital à luz da crise. Simultaneamente a isto, os mercados acionários asiáticos, como os índices de Hong Kong e Japão, também operaram em queda significativa após os ataques estadunidenses.

¹ BRASIL. Ministério das Comunicações. **Ministro das Comunicações participa do MWC 2026 e apresenta agenda brasileira de conectividade ao mundo.** [Brasília]: Ministério das Comunicações, 2 mar. 2026. Disponível em: <https://www.w.gov.br/mcom/pt-br/noticias/2026/marco/ministro-da-s-comunicacoes-participa-d-o-mwc-2026-e-apresenta-agenda-brasileira-de-conectividade-ao-mundo>. Acesso em: 3 mar. 2026.

² CRAIG, F. O preço do petróleo dispara próximo a US\$ 80 por barril após os ataques dos EUA e de Israel ao Irã. **ADVFN**, 2026. Disponível em: <https://br.advfn.com/jornal/2026/03/peleoleo-segunda-feir-a-2-3-2026>. Acesso em: 3 mar. 2026.

ESTADO, GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODELOS E PARADIGMAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PATRIMONIALISMO, BUROCRACIA E GERENCIALISMO

A evolução do aparelho estatal costuma ser organizada em três modelos sucessivos, o patrimonial, o burocrático e o gerencial, distinguidos pelo critério de recrutamento dos agentes, pela fonte de legitimidade da autoridade e pelo padrão de controle que cada um adota. Essa sequência descreve tendências dominantes em cada período histórico, e não etapas estanques que se substituam por completo. A utilidade da classificação está em permitir que se identifique, num arranjo concreto, qual lógica prevalece no recrutamento dos agentes, qual prevalece no controle da atividade e qual prevalece na definição das prioridades da organização, três respostas que raramente coincidem.

O modelo patrimonial não separa o patrimônio do governante do patrimônio público, de modo que cargos, rendas e privilégios circulam como extensão da casa do soberano. O recrutamento se dá por confiança pessoal, lealdade e parentesco, e a apropriação privada de recursos públicos não aparece como desvio isolado, mas como regra de funcionamento do arranjo.

A leitura clássica do patrimonialismo brasileiro está em Raymundo Faoro, que descreveu a formação de um estamento burocrático voltado a apropriar-se do aparelho político-administrativo em benefício próprio, com raízes na monarquia portuguesa. O conceito veio da sociologia de Max Weber, para quem o patrimonialismo é a forma de dominação tradicional em que o soberano organiza o poder político por analogia ao poder doméstico.

O modelo burocrático nasce como resposta ao patrimonialismo e assenta a autoridade em normas impessoais, escritas e previamente conhecidas. O tipo ideal dessa dominação racional-legal reúne traços como a hierarquia de cargos, a competência fixada em regulamento, a seleção por qualificação técnica, a remuneração em dinheiro, a carreira estruturada e a separação nítida entre o cargo e a pessoa que o ocupa. Cada um desses traços tem função defensiva, porque limita a discricionariedade do superior e reduz a possibilidade de que o cargo público seja utilizado como recurso privado de quem o ocupa.

O controle burocrático incide sobre o processo, verificando se o rito foi cumprido, e não sobre o resultado alcançado, escolha que protege a igualdade de tratamento e a segurança jurídica ao custo do formalismo.

O modelo gerencial se firma nos anos 1980 no Reino Unido, na Nova Zelândia e na Austrália, deslocando o eixo do controle do procedimento para o desempenho. A administração passa a operar com metas negociadas, indicadores, contratos de resultado, avaliação de desempenho e maior autonomia de gestão para o dirigente, sob a premissa de que o servidor responde melhor a objetivos claros do que a rotinas minuciosamente detalhadas.

A relação entre os três modelos é de sedimentação, e não de sucessão limpa, porque práticas patrimoniais, rotinas burocráticas e ferramentas gerenciais convivem dentro de uma mesma organização.

A distinção entre os três modelos organiza a leitura de qualquer reforma administrativa, porque cada onda de mudança ataca um problema específico deixado pelo arranjo anterior. A reforma de 1936 combateu o patrimonialismo com instrumentos burocráticos, o Programa Nacional de Desburocratização atacou o formalismo com simplificação, e a reforma iniciada em 1995 propôs substituir o controle de meios pelo controle de resultados. Nenhuma delas eliminou por completo o problema que atacou, e todas produziram efeitos colaterais que se tornaram objeto da reforma seguinte, o que explica o caráter cumulativo do arranjo brasileiro atual.

TEORIAS DE FORMAÇÃO ESPONTÂNEA E CONTRATUAL DO ESTADO

As explicações sobre a origem do Estado se dividem em duas grandes famílias, a das teorias naturalistas, que veem no Estado um desenvolvimento espontâneo da convivência humana, e a das teorias contratualistas, que o tratam como produto de um acordo deliberado entre indivíduos. A escolha entre elas não é detalhe erudito, porque cada família sustenta um desenho distinto de legitimidade e de limites do poder político.

A vertente naturalista, também chamada de formação espontânea, remonta a Aristóteles e à tese de que o homem é por natureza um animal político, agregado sucessivamente em famílias, aldeias e cidades.

A teoria naturalista reúne o maior número de adeptos e a maior influência na vida concreta do Estado, na avaliação de Dalmo de Abreu Dallari, justamente porque dispensa a ficção de um pacto original. A organização política aparece como necessidade prática de coordenar grupos que já viviam juntos, e não como produto de deliberação num instante determinado.

As teorias contratualistas partem de um estado de natureza anterior à sociedade política e explicam o Estado pela celebração de um contrato social. Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau compartilham essa arquitetura, mas divergem no diagnóstico do estado de natureza e, por consequência, no tipo de poder que o pacto autoriza. O contrato não é apresentado por esses autores como fato histórico documentado, e sim como hipótese lógica destinada a mostrar que a autoridade política precisa de justificação racional e que essa justificação delimita o que o governante pode legitimamente fazer.

Em Hobbes, o estado de natureza é de liberdade ilimitada e de conflito permanente, o que leva os indivíduos a transferir seus direitos a um soberano capaz de garantir a paz. Locke enxerga uma convivência natural pacífica, ameaçada apenas pela ausência de juiz imparcial, e por isso o pacto cria um governo

FINANÇAS PÚBLICAS E PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

FINANÇAS PÚBLICAS

NORMAS GERAIS

O Título VI, do Capítulo II, da Constituição, dispõe sobre as regras gerais das finanças públicas. Conforme o **art. 163**, por meio da lei complementar vários aspectos serão dispostos. Vejamos:

Art. 163 Lei complementar disporá sobre:

I - finanças públicas;

II - dívida pública externa e interna, incluída a das autarquias, fundações e demais entidades controladas pelo Poder Público;

III - concessão de garantias pelas entidades públicas;

IV - emissão e resgate de títulos da dívida pública;

V - fiscalização financeira da administração pública direta e indireta; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 40, de 2003)

VI - operações de câmbio realizadas por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

VII - compatibilização das funções das instituições oficiais de crédito da União, resguardadas as características e condições operacionais plenas das voltadas ao desenvolvimento regional.

VIII - sustentabilidade da dívida, especificando: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

a) indicadores de sua apuração; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

b) níveis de compatibilidade dos resultados fiscais com a trajetória da dívida; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

c) trajetória de convergência do montante da dívida com os limites definidos em legislação; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

d) medidas de ajuste, suspensões e vedações; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

e) planejamento de alienação de ativos com vistas à redução do montante da dívida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

IX - condições e limites para concessão, ampliação ou prorrogação de incentivo ou benefício de natureza tributária. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 135, de 2024)

Parágrafo único. A lei complementar de que trata o inciso VIII do caput deste artigo pode autorizar a aplicação das vedações previstas no art. 167-A desta Constituição. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

A Emenda Constitucional nº 108, de 2020, incluiu a exigência aos entes federativos de disponibilizar informações e dados contábeis orçamentários e

fiscais, como forma de garantir a rastreabilidade, a comparabilidade e a publicidade dos dados coletados, os quais deverão ser divulgados em meio eletrônico de amplo acesso público (art. 163-A).

Art. 163-A A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disponibilizarão suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais, conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, de forma a garantir a rastreabilidade, a comparabilidade e a publicidade dos dados coletados, os quais deverão ser divulgados em meio eletrônico de amplo acesso público. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

O **art. 164**, da CF, prevê o Banco Central como responsável por emitir moeda, sendo este proibido de conceder empréstimos ao Tesouro Nacional ou a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira. O Banco Central poderá comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional, com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros.

As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central, enquanto as dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e dos órgãos ou entidades do poder público e das empresas por ele controladas, em **instituições financeiras oficiais**, ressalvados os casos previstos em lei.

Art. 164 A competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pelo banco central. § 1º É vedado ao banco central conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira.

§ 2º O banco central poderá comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional, com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros.

§ 3º As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no banco central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.

ORÇAMENTOS

O orçamento público é a estimativa de receitas e previsão de despesas que o governo terá dentro do ano civil. O modelo orçamentário de planejamento e gestão está previsto no **art. 165**, da Constituição, em que as leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão o **plano plurianual**, as **diretrizes orçamentárias** e os **orçamentos anuais**.

Art. 165 Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias;

III - os orçamentos anuais.

§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal

MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021

 92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022

 213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022

 337 APROVADOS
NO INSS 2022



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO